

Diário Notícias

14-06-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Política

Dimensão: 913

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/31

Passos promete ao FMI cortar dobro da despesa já em 2013

Austeridade. Riscos de incumprimento levam a que pensões entre 419 e 600 euros estejam ameaçadas **Metas.** Objetivo passa por reduzir despesa com salários e cortar no valor das reformas de funcionários **FMI.** Fundo alerta para perigos da fragilidade do consenso político **BOLSA** PÁG. 31

Passos corta o dobro em 2013 face ao que prometeu há um mês

Reformados. Cortes nas pensões da CGA (ex-funcionários públicos) são inevitáveis. Pensões entre 419 e 600 euros podem estar em risco. E é preciso cortar a fundo já este ano. Pressão aumenta brutalmente, prometeu Governo ao FMI

LUÍS REIS RIBEIRO

Os cortes "permanentes" na despesa pública deste ano vão ser o dobro do que disse o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, no mês passado, refere o novo memorando de entendimento entre o Executivo e o FMI, ontem divulgado. Entretanto, até 15 de julho, o Governo promete entregar no Parlamento todo o pacote dos cortes para este ano e o próximo, tarefa que está a ser coordenada por Paulo Portas, o ministro dos Negócios Estrangeiros. Entre as várias medidas pensadas, o Executivo irá propor um corte direto nas pensões dos funcionários públicos em nome da sustentabilidade e fundir todas as tabelas salariais existentes na administração numa só.

Portugal passou com nota positiva na sétima avaliação, mas, avisa o FMI, os riscos para a economia são tantos e a sustentabilidade da dívida pública está tão ameaçada, que o Governo irá avançar com mais um *frontloading* (antecipação de medidas de austeridade) na segunda metade deste ano.

Em maio, Passos Coelho escreveu à *troika* a explicar que a reforma do Estado e das pensões iria gerar poupanças de 728 milhões este ano, que cresceriam até 4788 milhões de euros em 2015. Já não é bem assim. O pacote fica concentrado em 2013 e 2014, não havendo referências a cortes em 2015. No memorando, a "revisão da despesa" implica cortes de 1411 milhões já este ano, o dobro face aos 728 milhões na famosa "carta à *troika*".

A diferença entre um e outro plano surge dispersa pelas rubricas designadas "outras", não detalhadas no relatório, mas que deverão estar centradas em cortes mais profundos nas despesas de funcionamento e na aceleração dos processos de rescisão.

Segundo o FMI, "a deterioração das perspetivas económica e os efeitos negativos de arrastamento de 2012 abriram um desvio orçamental de 1% do PIB em 2013". A decisão do Tribunal Constitucional também é referida como uma das causas do descarrilamento orçamental.

Assim, diz o Governo, "estimamos que sejam necessárias medidas permanentes de cerca 2,9% do PIB em 2013 para atingir os objetivos orçamentais revistos - com 0,9% do PIB antecipados para a segunda metade de 2013". As metas do défice revistas são agora de 5,5% em 2013 e de 4% em 2014. Antes da flexibilização concedida pela *troika* eram 4,5% e 2,5%, respetivamente.

Duas das medidas centrais neste plano do Governo passam, obviamente, por reduzir despesa com salários e cortar no valor das pensões, com impactos mais visíveis em 2014. No capítulo dos ordenados, estão a ser preparadas rescisões e despedimentos (regime de mobilidade e de requalificação) e uma reestruturação das tabelas salariais (fusão numa só). Esta última com o argumento de que, em média, os funcionários ganham mais que os homólogos no privado.



Passos Coelho concentra cortes na despesa em 2013 e 2014 e 'esquece' 2015

Nas pensões, a medida mais agressiva é um corte nas prestações dos atuais reformados pela Caixa Geral de Aposentações (CGA), ainda que salvaguardando mínimos.

Passos Coelho disse em maio que serão abrangidas todas as "pensões que estão em pagamento", exceto as de quem começou a carreira contributiva a partir de 2005 - estas já têm as mesmas regras da segurança social. E disse que "a convergência da CGA vai poupar os rendimentos inferiores a 600 euros".

No entanto, o memorando fala agora de alterações que "preservem níveis mínimos de rendimento socialmente aceitáveis, protegendo assim aqueles que têm pensões mais baixas". Ou seja, não refere 600 euros e remete para "níveis mínimos" que costumam ser

definidos pelo Indexante de Apoios Sociais, hoje nos 419,22 euros. Assim, pensões entre este valor e 600 euros também podem estar em risco.

O Governo vai alinhar as regras da CGA com as do regime geral, fazendo com que a pensão passe a ser 80% do último salário e não 90%, como acontece. A alteração dará poupanças de 672 milhões de euros no próximo ano. A idade de reforma no público também vai subir um ano, para 66 anos, gerando ganhos para o Estado de 270 milhões.

Abebe Selassie, o chefe de missão do FMI, disse em conferência de imprensa telefónica que o sistema de pensões público foi demasiado generoso nos últimos anos e que é "inevitável" fazer esta reforma da CGA.

O FMI aceita deixar cair a TSU especial sobre os pensionistas, que abriu uma guerra entre CDS e as Finanças, mas o Governo terá de encontrar medidas alternativas equivalentes no valor de 436 milhões de euros.

Mas o Fundo alerta que o consenso social e político "enfraqueceu substancialmente".

O secretário-geral do PS, António José Seguro, acusou o Governo de esconder que se comprometera junto da *troika* a cortar 4,7 mil milhões até 2014, em vez de 2015.

ECONOMIA

Cenário de longo prazo pouco ambicioso

As perspetivas para a economia portuguesa depois do ajustamento estão em linha com o fraco crescimento até à grande crise do *subprime* em 2007, admitiu o chefe de missão do FMI, Abebe Selassie. "No médio a longo prazo, as projeções apontam um crescimento de 2%, um número conservador, tendo em conta as reformas realizadas", disse. "Não é um número muito ambicioso, tendo em conta o histórico da economia, que entre 1999 e 2007 cresceu 1,7%." O FMI mantém a fasquia baixa também devido às enormes "incertezas" que pairam sobre o sucesso do ajustamento. Ontem confirmou o cenário do Governo: recessão de 2,3% este ano e retoma de 0,6% no próximo; desemprego sobe até 18,2% em 2013 e 18,5% em 2014.

'Vai ser preciso' cortar mais nas indemnizações

O número de dias nas indemnizações por despedimento não pode ficar nos 18 dias nos três primeiros anos e 12 dias nos seguintes, avisa o FMI. No relatório sobre a sétima avaliação, a instituição "lamentava a suavização" da ideia inicial, que era reduzir os dias de antiguidade na empresa para efeitos de indemnização para a "média da União Europeia". No seu entender, esta rondará os oito, de acordo com contas da OCDE citadas no documento.

Segundo o Fundo, "será necessária uma reforma mais ambiciosa para promover maior flexibilidade salarial". "A média dos pagamentos por indemnização ainda precisa de ser reduzida de forma significativa até próximo da média da União Europeia", frisa a instituição.

A nova redução nas indemnizações, que preserva parcialmente direitos adquiridos, entrará em vigor em outubro deste ano e reduz as compensações para 12 dias por ano de serviço para todos os novos contratos sem termo. No caso dos contratos já existentes nessa data, o limite cairá para 18 dias por ano de serviço nos três primeiros anos, passando a 12 dias nos anos subsequentes.

O Governo defendeu que este desenho dá mais incentivos às empresas na contratação sem termo. Foi também uma forma de garantir que a UGT não saltava fora do chamado acordo tripartido assinado na concertação social em 2012. L.R.R.

REFORMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

	2013	2014	2015	total
Versão de Passos Coelho, a 3 de maio de 2013*	728	3587	473	4788
Versão no memorando do FMI, 13 junho 2013	1411	3289		4700

*Carta à 'troika'

As duas versões do Governo, valores em milhões de euros